

| 07 | ENCONTROS URBANOS

Renato Cymbalista

Encontros, congressos e seminários são momentos estratégicos para o campo do urbanismo e do planejamento urbano. O meio dos arquitetos e urbanistas, essencialmente técnico, depende de capacidade política externa a seus quadros e da formação da opinião pública para interferir no debate público sobre a cidade, seu planejamento, gestão e construção. Encontros, congressos e seminários na área do urbanismo são mais do que momentos de debate de ideias ou divulgação de resultados de pesquisa: são situações em que o campo busca agregar forças para fazer-se valer na arena pública. Significam esforços concentrados, que permitem a potencialização de trocas internacionais de ideias, a sensibilização de lideranças políticas, a construção de consensos em torno de ideias força. São também momentos em que se explicitam tensões internas ao campo, com vencedores e perdedores nas correlações de forças.

Esta sessão livre tem como objetivo problematizar um conjunto de encontros relevantes na área do urbanismo no Brasil, tratando-os como pontos privilegiados de onde se vislumbra ao mesmo tempo as apostas técnicas e políticas da disciplina, e também suas potencialidades, limites e alcances. Parte de casos específicos de encontros na área do urbanismo desde a década de 1940, com o objetivo de identificar possibilidades de um tratamento mais geral sobre a temática.

I CONGRESSO BRASILEIRO DE URBANISMO, RIO DE JANEIRO, 1941: MOBILIZAÇÃO E LEGITIMAÇÃO DE UM NOVO ESTATUTO PARA O URBANISTA E PARA O URBANISMO

Sarah Feldman

Resumo

O I Congresso Brasileiro de Urbanismo realizado no Rio de Janeiro, em 1941, reuniu trezentos participantes, entre representantes de prefeituras das várias regiões do país, de entidades de engenheiros e de arquitetos, sindicatos de engenheiros, entidades de construtores civis, construtoras, representantes de governos estaduais e do governo federal. O Congresso expressa um momento singular de mobilização e articulação política para difusão e legitimação do urbanismo no contexto de renovação geracional das elites, mudanças do aparelho de Estado e fortalecimento do saber técnico e científico do executivo propiciados pela reforma administrativa empreendida na Era Vargas. O temário e as conclusões do Congresso se configuram como uma síntese do repertório confrontado pelos profissionais do campo do urbanismo ao longo da década de 1930 - uma década de mutação na trajetória do ideário urbanístico no Brasil. Explicitam, por um lado, a construção do universo de atuação profissional que procura se adequar ao novo estágio da realidade urbano - industrial, que inclui um novo estatuto para o urbanista e para o urbanismo na administração pública. Por outro lado, expressam interfaces do urbanismo com outros campos disciplinares que atuam na formação de conhecimento sobre a realidade urbano-industrial, como a sociologia e a geografia, que preparam as condições para a

multidisciplinaridade que se realiza no campo profissional nas décadas seguintes. Sela-se nas conclusões do Congresso a convergência entre habitação e urbanismo e reivindica-se o reconhecimento institucional da habitação como questão urbanística .

Palavras-chave: Estado Novo, História do Urbanismo, Habitação e Urbanismo

JORNADA DE HABITAÇÃO ECONÔMICA DO IDORT, 1941: DO IDEAL DA RACIONALIZAÇÃO E DA RETÓRICA SOBRE O URBANO À REALIDADE DA CIDADE BRASILEIRA

Maria Luiza de Freitas

Resumo

O Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), criado em 1931, como uma entidade civil ligada aos industriais paulistas e à administração pública, e em paralelo ao movimento de reaparelhamento do Estado, é uma das organizações estabelecidas em São Paulo para a defesa do reconhecimento do saber técnico especializado para a implementação das políticas governamentais. Ao longo da década de 1930, tanto na cidade de São Paulo, como no Rio de Janeiro, se consolidam órgãos de pesquisa, institutos e organizações de caráter técnico que tem nos seus quadros profissionais do espaço construído tradicionais: engenheiros, arquitetos e médicos sanitaristas, sendo que no final desta década se vê o aparecimento de novos atores, como assistentes sociais, educadores, urbanistas. O IDORT congrega desde seu início os mais distintos profissionais e discute os mais diversos temas relacionados a racionalização do trabalho. Em 1942, o IDORT organiza a Jornada de Habitação Econômica. Os temas pontuam questões do trabalho e do trabalhador, como a moradia e sua inserção urbana. Perpassando, tanto os artigos publicados nos anais da Jornada, pela Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, seis meses após a realização do evento, quanto os textos da Revista, que tiveram relação com o esta, pretende-se demonstrar como se constituiu um ideal racional de habitação econômica, que em termos foi aplicado pelas autarquias responsáveis pelas construção de conjuntos habitacionais. E pautado, concomitantemente, numa retórica de um urbano também imaginado. Contudo, o que se percebe pela história foi uma outra realidade, bem menos passível de ser organizada.

Palavras-chave: Habitação Econômica, Urbano, Racionalização

O SEMINÁRIO DE HABITAÇÃO E REFORMA URBANA DE 1963: UM DEBATE SOBRE INDUSTRIALIZAÇÃO, TECNOLOGIA E PLANEJAMENTO URBANO

Ana Paula Koury

Resumo

Resultado maduro de um conjunto de propostas acalentadas no meio de arquitetos e engenheiros ao longo de mais de trinta anos, e das amplas perspectivas de transformação social colocadas pelas reformas de base do governo de João Goulart (1961-1963), o Seminário

de habitação e reforma urbana de 1963 produziu as diretrizes do o Banco Nacional de Habitação e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. Ambos criados alguns meses após o golpe militar de 1964 foram importantes instrumentos integrados de política habitacional e urbana que, se por um lado atenderam a grande expansão dos setores médios urbanos, também serviram ao fortalecimento de grandes empresas nacionais em uma atividade altamente geradora de empregos, a construção civil. O Banco Nacional de Habitação transformou-se com isto em um importante agente de reprodução política do regime autoritário, principalmente entre as classes que atendeu. Sua desmontagem foi estratégica no processo de redemocratização do país para interromper o mecanismo ao qual se tornara funcionalmente integrado.

Os vários documentos que compõem o material do seminário expressam uma sociedade organizada por interesses de classe. As páginas da revista Arquitetura debatem a reforma urbana e o problema habitacional à luz do plano trienal de Celso Furtado. O objetivo deste trabalho é, por um lado rerepresentar o instrumento que foi formulado sob os auspícios da democracia brasileira, reconstruindo os debates sociais que o engendrou e por outro lado entender quais modificações permitiram sua integração ao regime autoritário ao qual serviu e qual a herança que ainda não foi apagada.

Palavras-chave: Reforma urbana, política habitacional, construção civil

SEMINÁRIO SOBRE USO DO SOLO E LOTEAMENTO URBANO, SALVADOR,

1969

Gisela Cunha Viana Leonelli

Resumo

O Seminário Sobre Uso do Solo e Loteamento Urbano, realizado na cidade de Salvador em 1969 foi um marco fundamental para se entender a construção da Lei Lehman.

Este encontro foi promovido pelo SENAM – Serviço Nacional dos Municípios, órgão do Ministério do Interior; CEPAM – Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal e SAMSU –Secretaria dos Assuntos Municipais e Serviços Urbanos do Estado da Bahia.

O público presente contava com urbanistas, juristas, engenheiros, administradores públicos e pesquisadores de vários estados brasileiros.

Na ocasião, um anteprojeto de lei foi apresentado como documento para os debates do seminário, elaborado por Cândido da Malta Campos Filho, Celso Antônio Bandeira de Mello e José Osório de Azevedo Júnior, cujo texto foi aprovado pelos participantes do evento, com aprovação das diretrizes urbanísticas e algumas considerações.

Questões fundamentais como a doação de áreas públicas, exigência de infraestrutura e a criminalização do loteador clandestino foram pautadas nesta ocasião, delineando o marco jurídico e urbanístico da lei federal de parcelamento do solo urbano, aprovada dez anos mais tarde.

Palavras-chave: loteamento, parcelamento do solo urbano, Lei Lehman

CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES, 2003: INTEGRAÇÃO DE NOVOS ATORES SOCIAIS NA POLÍTICA URBANA E HABITACIONAL

Resumo

A partir da década de 1980, emergiu no debate sobre a política urbana um conjunto de novos atores, principalmente movimentos de luta por moradia, que reclamaram espaço na construção das políticas e participaram da reconstrução do campo técnico. Um dos momentos relevantes de institucionalização de um novo arranjo para a política urbana foi a Conferência Nacional das Cidades de 2003, que foi precedida por processos de debate e eleição de representantes nos níveis estadual e municipal e resultou na instituição do Conselho Nacional das Cidades, instância que participa das definições da política urbana e habitacional no Brasil, com representação de uma série de segmentos da sociedade.

Além de incorporar oficialmente representantes de movimentos sociais e de outros segmentos na estrutura institucional da política urbana, a Conferência das Cidades de 2003 significou também uma resposta, na área das políticas urbanas e habitacionais, à prerrogativa constitucional da participação direta da população nas políticas.

Palavras-chave: Reforma Urbana, Movimentos Sociais, Estatuto da Cidade